

//


UFRGS
EDITORA

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

**TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA**



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Rui Vicente Oppermann

Vice-Reitora e Pró-Reitora
de Coordenação Acadêmica

Jane Fraga Tutikian

EDITORA DA UFRGS

Diretor

Alex Niche Teixeira

Conselho Editorial

Álvaro R. C. Merlo

Augusto Jaeger Junior

Enio Passiani

José Rivair Macedo

Lia Levy

Márcia Ivana de Lima e Silva

Naira Maria Balzaretti

Paulo César Ribeiro Gomes

Rafael Brunhara

Tania D. M. Salgado

Alex Niche Teixeira, presidente

**Centro de Estudos Internacionais
sobre Governo (CEGOV)**

Diretor

Marco Cepik

Vice Diretor

Ricardo Augusto Cassel

Conselho Científico CEGOV

Cássio da Silva Calvete, Diogo Joel De-
marco, Fabiano Engelmann, Hélio Henkin,
Leandro Valiati, Lúcia Mury Scalco, Luis
Gustavo Mello Grohmann, Marcelo Soares
Pimenta, Marília Patta Ramos, Vanessa
Marx

Coordenação Coleção Editorial CEGOV

Cláudio José Muller, Gentil Corazza,
Marco Cepik

// **CEGOV** TRANSFORMANDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA //

O BRASIL EM CONSTRUÇÃO

TEORIA, HISTÓRIA E
ECONOMIA NA OBRA DE
PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

IVAN COLANGELO SALOMÃO
ORGANIZADOR


UFRGS
EDITORA


CEGOV
CENTRO DE ESTUDOS INTERNACIONAIS
SOBRE GOVERNO

© dos autores
1ª edição: 2017

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coleção CEGOV
Transformando a Administração Pública

Revisão: Letícia Rodrigues

Projeto Gráfico: Joana Oliveira de Oliveira, Liza Bastos
Bischoff, Henrique Pigozzo da Silva

Capa: Marcel Oliveira de Souza

Diagramação: Marcel Oliveira de Souza

Impressão: Gráfica UFRGS

Apoio: Reitoria UFRGS e Editora UFRGS

Os materiais publicados na Coleção CEGOV Transformando a Administração Pública são de exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução parcial e total dos trabalhos, desde que citada a fonte.

B823 O Brasil em construção: teoria, história e economia na obra de Pedro Cezar Dutra Fonseca [recurso eletrônico] / organizador Ivan Colangelo Salomão. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017.
310 p. : pdf

(CEGOV Transformando a Administração Pública)

Inclui figuras, gráficos, quadros e tabelas.

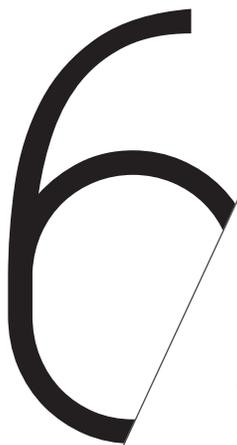
Inclui anexo e referências.

1. Economia. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Política econômica. 4. História econômica. 5. Teoria econômica. 6. Desenvolvimentismo. 7. Macroeconomia. 8. Pedro Cezar Dutra Fonseca – Obra - Homenagem. I. Salomão, Ivan Colangelo. II. Série.

CDU 330.34

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0486-0



A TEORIA KEYNESIANA NO PENSAMENTO DE PEDRO CEZAR DUTRA FONSECA

FERNANDO FERRARI FILHO

Bacharel (1980) em economia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre (1983) em economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor (1992) em economia pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-doutor pela Universidade do Tennessee (1996) e pela Universidade de Cambridge (2012). Professor titular da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

I. INTRODUÇÃO

Conheci Pedro Cezar Dutra Fonseca em 1981 quando vim para Porto Alegre cursar o meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Enquanto mestrando, meu contato formal com Pedro Fonseca foi como seu aluno na disciplina Economia Brasileira. Lembro-me que suas aulas eram instigantes, reflexivas e enriquecedoras, principalmente quando os tópicos se relacionavam à economia da Era Vargas e ao Desenvolvimentismo pós-Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ao fim da disciplina, recordo-me de ter dito a Pedro Fonseca que, até então, eu havia tido a oportunidade de aprender com três excelentes professores de economia: Mário Henrique Simonsen, Maria da Conceição Tavares e Pedro Fonseca. Meu “convívio” com os dois primeiros, diga-se de passagem, ficou limitado a alguns seminários que eu assistia tanto na Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas quanto no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, quando eu cursava graduação em economia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no final dos anos 1970.

Anos mais tarde, mais especificamente em 1986, Pedro Fonseca faria parte de uma banca de concurso público para a carreira de magistério superior na UFRGS. Na ocasião, vários economistas e, posteriormente, colegas e amigos, entre os quais, Octavio Augusto Camargo Conceição, Hélio Henkin, Flávio Fligenspan, Eduardo Maldonado Filho, Gentil Corazza, Carlos Henrique Vasconcelos Horn e eu fomos aprovados para lecionarmos na referida Instituição.

Desde meu ingresso na UFRGS em abril de 1987, tenho tido o privilégio de ser colega e amigo de Pedro Fonseca. Ademais, em dois momentos tive a honra em tê-lo como parceiro de texto: em 2013, quando resolvi organizar um livro alusivo aos 50 anos do falecimento de meu pai, Pedro Fonseca, atendendo meu convite, fez a apresentação, o que me deixou muitíssimo agradecido e emocionado¹; e, recentemente, escrevemos um artigo intitulado “Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist proposal”², que acabou sendo premiado no XX Prêmio Brasil de Economia/2014, categoria Artigos Científicos.

Exposto isso, é com prazer que aceitei o convite do professor Ivan Salomão para escrever um breve capítulo para o livro, organizado por ele, que presta uma justa homenagem à vida intelectual e acadêmica de Pedro Fonseca. Para tanto, resolvi escolher como tema a contribuição de Pedro Fonseca para a teoria keynesiana. Por quê? Pelo menos dois motivos me moveram para essa escolha: primeiro, porque, após 30 anos lendo, discutindo e escrevendo sobre a Economia de Keynes, suponho

(1) O nome do livro é *Fernando Ferrari: ensaios sobre o político das mãos limpas*.

(2) Artigo publicado na *Review of Keynesian Economics*, Cheltenham, vol. 3, n. 1, Spring 2015, p. 90-107.

ter alguma “vantagem comparativa” sobre essa temática; e, segundo, porque as ideias e argumentos de Keynes são parte do pensamento de Pedro Fonseca, explicitado tanto em suas aulas de História do Pensamento Econômico ministradas na UFRGS quanto em seus *approaches* teóricos para interpretar as economias gaúcha e brasileira e analisar o cotidiano da macroeconomia do Brasil. Nesse particular, explorarei dois artigos específicos de Pedro Fonseca, quais sejam: “As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes” e “Keynes: o liberalismo econômico como mito”³.

Além desta Introdução, o capítulo possui mais duas seções: a seguinte apresenta uma análise dos referidos artigos de Pedro Fonseca e a última conclui.

2. KEYNES, O ESTRUTURALISMO LATINO-AMERICANO E AS CRÍTICAS AO LIBERALISMO ECONÔMICO

No instigante artigo de 1998, Pedro Fonseca (1998, p. 73) objetiva questionar “até que ponto e em que sentido se pode atribuir as ideias cepelinas a Keynes”, apresentadas no *The General Theory of Employment, Interest and Money*, doravante GT, escrito em 1936.

A ideia de Pedro Fonseca é mostrar que o estruturalismo cepalino, embora se aproxime de alguns fundamentos teóricos de Keynes, tais como as críticas ao *laissez-faire*, a função do investimento para dinamizar a Demanda Efetiva e a necessidade do intervencionismo do Estado, não poderia ser denominado pejorativamente de “keynesianismo caboclo”, expressão cunhada pelos economistas brasileiros ortodoxos.

Antes de analisarmos os argumentos de seu *insight*, não é demais apresentarmos sucintamente a ideia da “Revolução Keynesiana” contida na GT. O projeto de Keynes (2007) consiste em, por um lado, apresentar o *modus operandi* de uma economia monetária da produção, que é inerentemente instável⁴ e, por outro lado, propor medidas econômicas que mitiguem as flutuações cíclicas dos níveis de produto e emprego e reduzam as desigualdades pessoal da renda e da riqueza.

No que diz respeito à recorrente instabilidade do sistema econômico, ao refutar o pressuposto da teoria clássica de que os níveis de atividade econômica e

(3) Artigos publicados, respectivamente, na *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 2, junho de 1998, p. 72-95, e na *Economia e sociedade*, Campinas, vol. 19, 2010, p. 425-447. O artigo de 2010 foi reproduzido em Ferrari Filho e Terra (2016), *Keynes: ensaios sobre os 80 anos da Teoria Geral*, Porto Alegre, Tomo Editorial, 2016, p. 25-50. Para efeito de reprodução das citações deste último artigo, utilizaremos as páginas do livro de 2016.

(4) Para maiores detalhes sobre a definição e operacionalidade de uma economia monetária da produção, veja *The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy* (KEYNES, 1979).

emprego são determinados pelas condições de oferta e, mais ainda, são autoequilibrantes, Keynes apresenta uma teoria em que o Princípio da Demanda Efetiva se constitui no fator explicativo da dinâmica econômica.

Pelo Princípio da Demanda Efetiva, em uma economia fechada e sem governo, o consumo e o investimento determinam a atividade econômica. O consumo, segundo Keynes, é relativamente estável e depende da renda, enquanto o investimento é instável e gera renda. O investimento, por sua vez, possui dois determinantes: a Eficiência Marginal do Capital, que é o retorno esperado pelo empresário ao adquirir o bem de capital, e a taxa de juros, que é o custo oportunidade do investimento produtivo⁵.

Definido o Princípio da Demanda Efetiva, Keynes argumenta que flutuações cíclicas de Demanda Efetiva e emprego ocorrem porque, diante de um contexto de incerteza radical sobre o futuro que acaba condicionando as expectativas dos empresários, as decisões de investimento são postergadas e, como contrapartida, a demanda pelo ativo líquido *par excellence*, moeda, cresce. Mas por que a preferência pela liquidez, ou seja, a manutenção da riqueza sob a forma monetária? Porque moeda possui duas propriedades essenciais: elasticidade-produção – moeda não é produzida pelo setor privado – e elasticidade-substituição – somente moeda é aceita como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – nulas.

Quanto às proposições de medidas econômicas, Keynes entende que a “socialização do investimento” (intervenção do Estado na economia) e a “eutanasia do rentier” podem propiciar um ambiente institucional favorável à tomada de decisões dos investimentos e, portanto, à expansão de Demanda Efetiva. Para tanto, política fiscal ativa e a sinalização, por parte da autoridade monetária (Banco Central), de uma taxa de juros “neutra”, que incentive o investimento privado e desestime a demanda por riqueza financeira, são imprescindíveis.

Voltando à análise do artigo de Pedro Fonseca (1998, p. 75), “a despeito da proximidade de algumas ideias da CEPAL às de Keynes”, o autor afirma que as “vertentes do pensamento capalino” são o “liberalismo de exceção”, de John Stuart Mill e Adam Smith, no qual, em determinadas circunstâncias, haveria “espaço para o intervencionismo estatal e para medidas protecionistas e críticas ao livre cambismo” (FONSECA, 1988, p. 85), e o nacionalismo e protecionismo de Georg Friedrich List⁶. Em relação à List, Pedro Fonseca afirma que ele:

(5) A taxa de juros representa o link entre os lados real, em que se encontra o investimento e a Demanda Efetiva, e monetário-financeiro da economia.

(6) List, em 1841, escreveu sua principal obra: *Das Nationale System der Politischen Ökonomie*. Nela, List defende a ideia de que as empresas nacionais somente poderiam se desenvolver e competir com as empresas estrangeiras se houvesse protecionismo, pelo menos temporariamente, para o mercado nacional. Para maiores detalhes, veja List (1983).

[...] certamente é o mais importante [economista] seja pela semelhança de ideias e argumentos, seja por defender um tipo de intervencionismo muito próximo ao dos estruturalistas cepalinos [...] associado à industrialização acelerada em casos de nações [...] periféricas (FONSECA, 1998, p. 89).

Para enfatizar sua afirmação, ele escreve que a proposição protecionista “listiana” para desenvolver a indústria nacional vai ao encontro da ideia de Raúl Prebisch (1949), qual seja, a de que a industrialização da América Latina era uma condição para reverter “a deterioração dos termos de intercâmbio resultante da especialização agrícola da nação” (FONSECA, 1998, p. 91).

A tese de Pedro Fonseca de que a aproximação entre o estruturalismo cepalino e a teoria de proteção à indústria nascente de List é mais importante do que a relação entre a proposição da CEPAL e a teoria keynesiana sobre comércio internacional faz sentido. Por quê? Porque Keynes advogava, predominantemente, políticas liberais de comércio. Exemplificando, em *Free Trade* (KEYNES, 1981), ele escreve o seguinte:

For if there is one thing that protection can not do, it is to cure unemployment. It is the central idea of production to contract trade [...] [t]he characteristic of protection [...] is that it is an attempt to trade on better terms or on nationally more advantageous lines at the expense of doing less business. The free trader has always been the expansionista [...] (KEYNES, 1981, p. 151)⁷.

Ademais, em *Am I Liberal?*, escrito em 1925, Keynes (1972, p. 298) “believe[s] in free trade because, in the long run and in general, it is the only policy which is technically sound and intellectually tight”.

Pedro Fonseca, ao chamar atenção para o fato de estruturalistas cepalinos e Keynes preconizarem a intervenção do Estado na economia, também questiona a influência intervencionista de Keynes para o pensamento da CEPAL. Nesse particular, novamente, Pedro Fonseca é feliz em sua tese: investimentos públicos (provenientes do orçamento de capital⁸) e política fiscal ativa e contracíclica deveriam

(7) É importante ressaltar que, na metade dos anos 1920, mais especificamente durante o período em que o Reino Unido restaurou o sistema padrão ouro, bem como no início dos anos 1930, ele propôs, pragmaticamente, políticas protecionistas como instrumentos de defesa à indústria britânica, uma vez que nesse sistema a taxa de câmbio era fixa e a política monetária não era autônoma. A proposição protecionista de Keynes no referido período é encontrada em *Proposal for a Revenue Tariff* (KEYNES, 1972).

(8) A proposição de Keynes sobre a repartição do orçamento público em ordinário (ou corrente) e capital pode ser encontrada em Keynes (1980).

ser, respectivamente, expandidos e implementada em épocas de crises agudas, como foi a Grande Depressão dos anos 1930.

No artigo de 2010, Pedro Fonseca argumenta que a contribuição teórica de Keynes – principalmente, econômica e política – trilhou um caminho particular, visando mostrar como o liberalismo, seja econômico, seja político, é utópico. Assim sendo, o autor, em linha com a tradição do chamado “keynesianismo filosófico”, aponta que Keynes foi um pensador – muito além de economista – que, tendo com referência as ideias da livre iniciativa e da democracia representativa, preocupou-se em definir a sociedade em que vivemos como sendo uma alternativa ao liberalismo econômico e aos projetos socialistas.

Esse argumento de Pedro Fonseca é corroborada pelos *insights* políticos e filosóficos de Keynes escritos nos anos 1920. Vejamos alguns deles.

Em *Am I a Liberal?*, escrito em 1925, Keynes, ao “flertar” com as ideias institucionalistas de John Rogers Commons, afirma que “the true destiny of New Liberalism is to seek their [economic, political, social and moral problems] solution” (KEYNES, 1972, p. 305). Ademais, ele, o New Liberalism, se fazia necessário, uma vez que:

We are now entering on a third era, which Professor Commons calls the period of stabilisation [...] In this period [...] [t]he transition from economic anarchy to a régime which deliberately aims at controlling and directing economic forces in the interests of social justice and social stability [...] (KEYNES, 1972, p. 304-305).

Mas qual seria o princípio programático-ideológico do New Liberalism? Em *Liberalism and Labour*, de 1926, Keynes (1972, p. 307) diz que o New Liberalism consistiria das “progressive forces of the country [England] [that] are [...] divided between the Liberal Party and the Labour Party”. Indo nessa direção, ao argumentar que o problema político da humanidade é conciliar eficiência econômica, justiça social e liberdade individual, Keynes deixa claro que o New Liberalism teria como fundamento filosófico o social-liberalismo. A citação abaixo que, segundo Keynes, apresenta a solução para o problema político da humanidade, evidencia essa ideia:

The first [economic efficiency] needs criticism, precaution, and technical knowledge; the second [social justice], na unselfish and enthusiastic spirit, with loves the ordinary man; the third [individual liberty], tolerance, breadth, appreciation of the excellencies of variety and Independence, which prefers, above everything, to give unhindered opportunity to the exceptional and to aspiring. The second ingredient is the best possession of the great party of the proletariat.

But the first and third require the qualities of the party which, by its traditions and ancient sympathies, has been the home of economic individualism and social liberty (KEYNES, 1972, p. 311).

Também em 1926, Keynes, em *The End of Laissez-Faire*, ao apresentar uma contundente crítica ao capitalismo liberal, principalmente porque o laissez-faire não conciliava os interesses individuais com os sociais⁹, afirma que a regulação do capitalismo seria capaz de assegurar a estabilidade econômica e a harmonia social. As citações que se seguem vão nessa direção:

I believe that the cure for these things [economic and social instabilities] is partly to be sought in the deliberate control of the currency and of credit by a central institution [...] [my] reflections have been directed towards possible improvements in the technique of modern capitalism by the agency of collective action (KEYNES, 1972, p. 292-293).

I think that capitalism, wisely managed, can probably be made more efficient for attaining economic ends than any alternative system in sight [...] Our problem is to work out a social organization which shall be as efficient as possible without offending our notions of a satisfactory way of life (KEYNES, 1972, p. 294).

Enfim, em *The End of Laissez-Faire* Keynes tem ciência de que a sobrevivência do capitalismo dependeria da “mão visível” do Estado, de maneira a regular as disfunções socioeconômicas protagonizadas pelo mercado.

Para finalizarmos nossos comentários sobre os *insights* políticos e filosóficos de Keynes, Pedro Fonseca resgata um artigo deste autor, escrito em 1930, denominado “Economic Possibilities for our Grandchildren”, no qual ele, por um lado, expressa seu otimismo com o futuro da economia mundial e, por outro lado, explicita sua “atitude politicamente ‘de centro’” (FONSECA, 2016, p. 31).

Por que Keynes tem uma visão otimista sobre a economia mundial? Primeiro, porque ele entende que “[t]he love of money as a possession [...] will be recognised for what it is, a somewhat disgusting morbidity [...]” (KEYNES, 1972, p. 329). Em outras palavras, Keynes identifica um dos maiores problemas econômicos de economias monetárias da produção: a possibilidade do aumento da riqueza monetário-financeira como forma de postergar a acumulação de capital e, por conseguinte, a expansão da atividade econômica. Segundo, a questão de que esse e outros pro-

(9) Nas palavras de Keynes (1972, p. 287-288): “[t]he world is not so governed from above that private and social interest always coincide [...] It is not a correct deduction from the principles of economics that enlightened self-interest always operates in the public interest”.

blemas, tais como o crescimento populacional e a defasagem tecnológica, seriam “solucionados pela humanidade” (KEYNES, 1972, p. 325) .

No que diz respeito à sua posição de “centro”, o que denominamos de “social-liberalismo”, Keynes, parafraseando Fonseca (2016, p. 31), “advoga para si uma postura de equilíbrio ao condenar aqueles que ‘tumulam o mundo’”. A citação, a seguir, ilustra a visão “centrista” de Keynes proposta por Pedro Fonseca:

I predict that both of the two opposed errors of pessimism which now make so much noise in the world will be proved wrong in our own time – the pessimism of the revolutionaries who think that things are so bad that nothing can save us but violent change, and the pessimism of the reactionaries who consider the balance of our economic and social life so precarious that we must risk no experiments (KEYNES, 1972, p. 322).

Concluindo a seção, diante do exposto, a tese de Pedro Fonseca de que o estruturalismo cepalino não necessariamente sofreu influências, pelos menos diretamente, da teoria keynesiana, é bem argumentada e fundamentada, bem como não resta dúvida de que, ao objetivar salvar o capitalismo, Keynes, de forma realista e pragmática, tem ciência de que “[w]e have to invent new wisdom for a new age” (KEYNES, 1972, p. 306), isto é, o New Liberalism que, na visão de Pedro Fonseca, é o meio termo entre o liberalismo à la *laissez-faire* e os regimes de exceção, ao passo que na nossa percepção é o social-liberalismo.

3. À GUIA DE CONCLUSÃO

Este breve capítulo objetivou apresentar e analisar duas teses de Pedro Fonseca: primeiramente, a de que a teoria keynesiana não teria influenciado, de forma direta, o pensamento estruturalista cepalino; e, em segundo lugar, a de que a visão crítica de Keynes ao liberalismo “ocupa lugar singular” (FONSECA, 2016, p. 25), principalmente porque a crítica dele se restringe à teoria econômica.

A literatura mostra que há muita controvérsia sobre as teses de Pedro Fonseca, principalmente a primeira. Todavia, seus argumentos e fundamentos são coerentes e nos levam a concordar com elas.

Muito mais, porém, do que apresentar e analisar, neste breve capítulo, os trabalhos keynesianos de Pedro Fonseca, o importante mesmo é a satisfação em

fazer parte do livro que homenageia meu ex-professor, colega e amigo Pedro Fonseca. Obrigada, Ivan Salomão, por esta oportunidade.

REFERÊNCIAS

FERRARI FILHO, F. (Org.). Fernando Ferrari: Ensaios sobre o político das Mãos Limpas. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2013.

FERRARI FILHO, F.; FONSECA, P. C. D. Which developmentalism? A Keynesian-Institutionalist proposal. *Review of Keynesian Economics*, Cheltenham, vol. 3, n. 1, Spring, p. 90-107, 2015.

FERRARI FILHO, F.; TERRA, F. H. B. (Orgs.). Keynes: ensaios sobre os 80 anos da Teoria Geral. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

FONSECA, P. C. D. As origens do pensamento cepalino e a influência de Keynes. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, Rio de Janeiro, n. 2, junho, p. 72-95, 1998.

_____. Keynes: o liberalismo econômico como mito. *Economia e sociedade*, Campinas, vol.19, p. 425-447, 2010.

KEYNES, J. M. *Essays in Persuasion (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume .9)*. London: Macmillan, 1972.

_____. *The General Theory and After: A supplement (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 29)*. London: Macmillan, 1979.

_____. *Activities 1940-1946: Shaping the Post-War world – employment and commodities (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 27)*. London: Macmillan, 1980.

_____. *Activities 1922-1929: The return to gold and industrial policy (The Collected Writings of John Maynard Keynes, Volume 19)*. London: Macmillan, 1981.

_____. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

LIST, G. F. *Sistema nacional de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PREBISCH, R. *El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de Sus Principales Problemas*. Santiago: CEPAL, 1949. Disponível em:

<http://www.prebisch.cepal.org/sites/default/.../prebisch_el_desarrollo_eco.pdf>